

O Lazer na Política Pública de Esporte: Uma análise da Formação no Programa Segundo Tempo

The Leisure in Public Policy Sports: An analysis of the Program 'Second Time' training

RIBEIRO, S P; ISAYAMA, H F. O lazer na política pública de esporte: uma análise da formação no Programa Segundo Tempo. **R. bras. Ci. e Mov** 2015;23(1):103-116.

Sheylazarth Presciliana Ribeiro¹
Helder Ferreira Isayama¹

¹Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi analisar como o lazer é tratado no currículo da formação dos profissionais do Programa Segundo Tempo (PST) do Ministério de Esportes. Como metodologia utilizamos a combinação das pesquisas bibliográfica, documental e a de campo que teve como instrumento entrevistas semi-estruturadas com os 2 gestores dos processos de formação do PST. Os documentos levantados e analisados foram os livros utilizados na formação dos profissionais do PST. Identificamos que o lazer é trabalhado nesse currículo desde 2003 embora só seja considerado um conteúdo programático a partir de 2009. Quanto as concepções de lazer presentes nos documentos destacamos que não possuem uma mesma abordagem o que gera um descompasso no trabalho com o lazer. Entre os saberes selecionados destacamos as perspectivas que o relacionam a uma visão de mercado, que tem como ênfase o consumo de práticas culturais, e entendimento do lazer com direito social que deve ser garantido a população. Por fim, as metodologias encontradas para trabalhar o lazer identificadas foram o Projeto Recreio nas Férias, a tecnologia educacional denominada de Animação Cultural e o trabalho com a concepção de lazer.

Palavras chave: Programa Segundo Tempo; Lazer; Política Pública de Esporte; Formação Profissional em Lazer.

ABSTRACT: A aspect that deserves focus is the understanding of leisure present in programs and actions developed by the public sector and this way, the goal of this research is to analyze how leisure is dealt with in the formation of professionals of the Programa Segundo Tempo from the Secretaria de Esporte Educacional of the Ministério de Esportes da União. As methodology I used a bibliography review, document research and analysis of PST documents as well as research using semi-structured interviews with 2 managers of the PST capacitation process, all data was analyzed. As final considerations I identified that leisure has been part of the training process of PST professionals since 2003, although it has only become officially part of the program since 2009. Regarding the understanding of leisure present in the documents, I observed they do not have the same approach, which creates a mismatch in the work with leisure. Among the elected knowledges I found perspectives that relate it to a market view that have as emphasis the consumption of cultural practices, as well as other understanding anchored on leisure as social right and that opposes the logic of leisure as merchandise. Finally, the methodologies found to work leisure since 2009 were the Projeto Recreio nas Férias, the educational technology known as Animação Cultural and the work with the idea of leisure. Thus, the manners of treating leisure in the capacitation process of the program can enable processes of reflection by the professionals about the relations in which leisure is involved.

Key Words: PublicPolicy Sports; Leisure; Formation professionals; Programa Segundo Tempo (PST).

Recebido: 26/06/2014
Aceito: 23/03/2015

Contato: Sheylazarth Presciliana Ribeiro - sheylazarth@hotmail.com

Introdução

As ações de intervenção do Estado na área do esporte no Brasil são anteriores a Constituição¹ como demonstram alguns trabalhos²⁻⁴, contudo, após aprovada, a legislação apresenta sob qual formato deveriam acontecer ações de esporte e lazer. Denominadas por “formais e não formais”, o estado seria responsável pelo fomento de práticas de esporte e lazer.

Embora o Estado tenha a obrigação de responder por esse tipo de ação, destacamos que as políticas públicas de esporte e lazer, em sua trajetória no contexto nacional, têm sido atreladas a outros tipos de políticas sociais. Linhares² enfatiza que

o esporte encontra-se diluído em setores sociais que o instrumentalizam para os mais variados fins. O esporte é utilizado como atividade meio ou como atividade complementar em políticas educacionais e de saúde, por exemplo, em o que se busca legitimar é o direito à Educação e a Saúde. Nesses casos, a atividade esportiva associa-se a outras atividades realizadas por esses setores, e sua efetiva realização encontra-se relacionada por outros interesses (p.41).

Esse fato é ambíguo, pois, ao mesmo tempo em que programas sociais de outros setores auxiliam na divulgação e acesso do esporte e lazer, tais programas contêm outros objetivos, e podem não entender o esporte como um direito social com fim em si mesmo. Complementando tal opinião, Marcellino⁵ chama atenção para os vícios assistencialistas do lazer (no qual podemos entender o esporte como um dos conteúdos). Este último só seria justificado se existisse outro objetivo relacionado, tais como: esporte para salvar os jovens das drogas; esporte para melhorar a qualidade de vida da população; esporte para ocupar o tempo livre dos presidiários; esporte para educar para o uso do patrimônio público etc.

Segundo Marcellino⁵ o lazer “faz parte de um todo social tecido com fibras uns dos outros” (p. 6), ou seja, há nas atividades de lazer (e aqui incluímos o esporte) possibilidade que todas as ações descritas aconteçam, mas a política pública de esporte e lazer isolada não é a solução dos problemas sociais acima especificados. Outro ponto sobre a questão do lazer com vícios assistencialistas é que a violência e seus males tem relações muito mais complexas que a “falta de lazer e esporte”.

Então, as políticas públicas de esporte e lazer,

quando pensadas por esses vícios assistencialistas, acabam transformando-se em ações governamentais de combate às drogas, de promoção de saúde, de segurança ou de educação. O esporte, sendo uma vivência que tenha o lazer como fim, não é legitimado socialmente.

Esses aspectos demandam uma preocupação com a formação de profissionais e agentes que irão trabalhar com as ações públicas de esporte e lazer. Marcellino⁵ afirma que embora área de formação de profissionais de esporte e lazer venha crescendo no Brasil, a atuação e formação desse profissional nas instâncias públicas é dificultado pelo próprio status de “desnecessário” que o lazer ainda possui. O lazer é valorizado pela população, embora não seja demandado, pois o lazer não é reconhecido, pelos sujeitos, como direito social.

Marcellino⁵ avalia que um dos obstáculos no processo de legitimação do esporte e lazer como direito são a falta de profissionais qualificados para trabalhar em órgãos públicos e a pouca existência de cargos de provimento efetivos, com funções definidas para a atuação em lazer. Os profissionais que, muitas vezes, assumem os cargos públicos existentes trabalham pautados em “receitas prontas de atividades” o que nem sempre contribui para legitimar o lazer como direito.

Marcellino⁶ sustenta ainda que para uma política pública de esporte e lazer, com base nos valores de participação popular “é fundamental o processo de formação e desenvolvimento de quadros para a atuação, na perspectiva de reversão de expectativas da própria população, qualificando a demanda por serviços públicos” (p. 10). Assim, a formação dos profissionais que atuam com o esporte e lazer adquire um objetivo, que é intervir nas comunidades atendidas mostrando que o lazer e esporte são direitos sociais e a população precisa participar das decisões no que concerne as políticas públicas de esporte e lazer.

Essas ideias induzem a pensar que a formação de quadros para profissionais que atuam com lazer nas instituições públicas, principalmente os de provimento efetivo, poderão contribuir para garantir a permanência do

lazer nas ações governamentais. Esses serviços devem se comprometer com vivências que o legitimem como direito, para tanto devem ser acompanhados de um processo contínuo de formação profissional. Esta, por sua vez, pode ser um eixo das políticas públicas de esporte e lazer e consequentemente auxiliar na qualificação das ações desenvolvidas pelo Estado.

Diante disso, esse texto procura analisar a formação do Programa Segundo Tempo (PST) proposto pelo Ministério do Esporte. O objetivo é analisar como o lazer é tratado no currículo da formação dos profissionais do Programa Segundo Tempo da Secretaria de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério de Esportes da União. Buscamos identificar se o lazer é trabalhado no currículo da formação profissional do PST e quais as concepções de lazer presentes no currículo da formação profissional do PST.

Materiais e Métodos

Como metodologia utilizamos a combinação das pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Para a pesquisa documental, efetuamos a análise dos seguintes documentos: Comissão de Especialistas⁷, Brasil⁸, Centro de Educação a Distância⁹, Oliveira e Perim¹⁰, Oliveira e Pimentel¹¹, Santos e Monteiro¹², Melo¹³ e Brasil¹⁴.

Na pesquisa de campo utilizamos como técnica entrevistas semiestruturadas com os gestores. Atuaram no projeto de formação dois gestores, o primeiro no início do programa de 2003 a 2005 e o segundo de 2007 até os dias atuais. Como se tratam de períodos e atuações diferentes, criamos roteiros específicos para cada gestor.

A análise dos dados foi feita a partir de categorias que remetiam ao objetivo desta pesquisa, dessa forma, as falas dos gestores que faziam relação com as categorias foram delimitadas para análise.

Os procedimentos de pesquisa foram aprovados pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFMG, por meio do parecer numero 0088.0.203.000-11.

Resultados e Discussão

PST e o Processo de Capacitação Profissional

A execução do PST tem como perspectiva

“fomentar a prática de esporte entre estudantes de escolas públicas no ensino fundamental”¹⁵. Atualmente os documentos¹⁶ definem o objetivo de

democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social (p. 8).

A operacionalização do PST acontece pela formalização de convênios, que são parcerias firmadas entre o ME, Estados, Municípios e entidades federais que demonstrem capacidade de gerir os recursos promovendo a implantação de núcleos para o atendimento de alunos matriculados nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio.

Os núcleos implantados atendem os alunos no contra turno escolar “para o desenvolvimento de atividades esportivas monitoradas, acompanhadas de reforço alimentar e de atividades de caráter educativo mais geral”¹⁵. Portanto, o PST tem o propósito de complementar a carga horária escolar, para que o aluno matriculado tenha atividades por todo o dia:

O programa atende crianças de 7 a 17 anos, criando um turno a mais na escola, assegurando reforço alimentar e escolar, numa parceria com outros ministérios, em particular o da Educação e o da Segurança Alimentar¹⁵ (p. 1).

A proposta do PST é intensificar o tempo diário de permanência de crianças e jovens, seja dentro da escola ou fora dela. O atendimento pelos núcleos do Programa pode acontecer em quadras públicas, campos de futebol, associações de bairro etc. Outro fato que marca a presença deste programa na escola é a ideia de que as crianças e adolescentes deveriam estar regularmente matriculadas em instituições escolares e preferencialmente públicas.

A principal característica dos beneficiários seria “crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social”. Entretanto, a idade de atendimento dos participantes é a idade escolar e o “tempo” que marca a participação desse público no programa é um tempo fora da escola. Outro ponto é que o PST tem uma ramificação que se chama “PST mais Educação” que é um programa, com os princípios do PST padrão, que firma convênios com escolas já inscritas no Programa Mais Educação do

Ministério da Educação.

A capacitação dos profissionais do PST foi uma demanda visando à instrução e à formação de pessoas para atuar nos núcleos do programa. No contexto do PST, os atores devem ser formados em educação física ou estudantes do curso, entretanto, na falta desse profissional, outras pessoas com experiências esportivas podem atuar nos núcleos. Contudo, mesmo tendo uma formação acadêmica, os coordenadores e monitores são direcionados a uma capacitação profissional, pois existem outros conhecimentos que a gestão do programa julga necessários à atuação desses sujeitos. Para divulgar esses conhecimentos, em um primeiro momento, optou-se pelo ensino a distância.

Para isso, o Ministério do Esporte firmou contrato com a Fundação Universidade de Brasília - FUB/UNB - com o objetivo de desenvolver a capacitação continuada, modular e semipresencial, a ser efetivada de fevereiro/2004 a fevereiro/2005. Essa capacitação, composta de 06 módulos de 60h/cada, totaliza uma carga horária de 360h e é dirigida aos professores que atuam nos núcleos de esporte do Segundo Tempo, proporcionando-lhes o grau de Especialista em Esporte Educacional, reconhecido pela UNB e, conseqüentemente, pelo MEC¹⁵.

Segundo Brasil¹⁶, essa primeira experiência de capacitação atendeu mais de 960 pessoas, em 24 estados brasileiros, e embora a capacitação apresentasse um modelo de Educação à distância, Centro de Educação a Distância⁹ demonstra que os coordenadores de núcleo inscritos para o curso de especialização da “Capacitação Continuada em Esporte Escolar” eram orientados a uma perspectiva de educação continuada, cujos cursos não se esgotavam em si mesmos. A proposta era que existisse um programa de estudo com seis módulos de sessenta horas, subdivididos em três unidades de trabalho, exceto o módulo “elementos de pesquisa” que teria apenas duas unidades. Haveria também trinta horas estabelecidas para elaboração da monografia, gerando um curso de trezentos e noventa horas/aula, e ainda está exposto que foram utilizadas diferentes tecnologias de informação e comunicação, como tutores por telefone e online,

procurando garantir a eficiência da educação a distância.

Embora o curso seguisse o modelo a distância, existiram encontros presenciais como demonstra o gestor 1:

Era realizado por encontros, nesses encontros você juntava as pessoas por dois ou três dias. Trouxemos o professor João Batista Freire, por exemplo, os professores de universidades ministravam uma palestra, um mini curso, uma oficina. Houve um evento em Brasília, em Goiânia e em Campinas. Foram realizados por parcerias entre o Ministério e a prefeitura local e com a universidade também. Isso funcionou bem porque tinha a motivação para as pessoas debaterem, pegarem o texto escrito, entrar na plataforma e estudar (G1).

O valor gasto com essas ações foi apontado pelo gestor 1 como insuficiente para promover os eventos presenciais. Assim, ao mesmo tempo em que a capacitação profissional é um pilar do PST, a escassez de orçamento para essa ação é apresentada como um impasse pelo entrevistado. Apesar da experiência com educação física e engajamento nos movimentos políticos, fica claro que existiam dificuldades de gerir a política pública de formação profissional do programa, especialmente no que concerne ao orçamento para a ação.

Para construir o material da capacitação foi criada uma comissão de professores de Educação Física e Esporte – formada por professores de algumas universidades brasileiras, membros do ME e representantes da UNB. Essa comissão elaborou as diretrizes para a capacitação do PST no país e criou, junto a UNB, o curso de especialização e o de aperfeiçoamento à distância. O curso de especialização era de 390 horas com a entrega da monografia para adquirir o título de especialista. Já o curso de aperfeiçoamento, destinado a estudantes ou não graduados, não tinha carga horária específica e o estagiário só deveria fazer uma avaliação para adquirir o certificado.

Nas entrevistas foi possível perceber algumas limitações da educação a distância, como metodologia de formação profissional do PST. Além do mais, as pessoas desprovidas ou desfamiliarizadas com o computador, ao contrário do ensino presencial, enfrentariam mais desafios para se adequar a essa metodologia.

Segundo o Brasil¹⁴ houveram duas turmas ofertadas para o modelo de especialização a distância,

uma em 2004 e outra em 2005, e uma turma de extensão em 2006. O documento demonstra que a metodologia de trabalho a distância apresentou limites, pois: 17,78% das pessoas inscritas na primeira oferta de especialização concluíram o curso; 58,69% dos inscritos na segunda turma de especialização concluíram; e 54,62% dos estudantes de educação física que fizeram o curso de extensão finalizaram as atividades.

Segundo Brasil¹⁴, um dos fatores que contribuíram para a mudança de metodologias de trabalho na capacitação de PST foi a percepção de que a educação a distância não atingia todo o grupo de trabalho do Programa. Outra questão apresentada pelo gestor 2, que colaborou com a mudança na estrutura da formação profissional do PST,

é a de que o curso de especialização é como se fosse um “presente” que o Ministério queria oferecer aos coordenadores do Programa. Foi interessante, mas começou um grupo grande e acabou um grupo muito pequeno concluindo o processo. Então, na verdade, não era uma capacitação específica para o segundo tempo, era mais aperfeiçoamento de especialização na área no sistema EAD (G2).

Em substituição a Capacitação anterior, visando descentralizar e qualificar as ações, a ex-Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE) propôs uma parceria com o Instituto Ayrton Senna para a qualificação dos Recursos Humanos envolvidos, por meio da formação em serviço. A proposta era de capacitação presencial, e previa o tratamento de questões pedagógicas, técnicas, e de gestão, necessárias ao desenvolvimento das parcerias¹⁴ (p. 295).

Percebemos que a mudança é promovida com o intuito de descentralizar a capacitação dos profissionais no sentido de torná-la presencial. O novo modelo pautava-se pela formação em serviço, sendo que, nos núcleos haveriam ações conduzidas pelos próprios profissionais. Também aconteceram capacitações presenciais, por encontros promovidos pela SNEE visando ajudar as instituições parcerias na execução dos convênios. O gestor 2 inicia suas ações em 2007 propondo um debate sobre as temáticas de trabalho adequadas e as propostas possíveis para a capacitação profissional.

A elaboração da nova proposta funcionou de

maneira similar à primeira, pois foi criado um grupo de trabalho para debater as ações a serem desenvolvidas. Foram convidados professores especialistas de várias perspectivas da educação física brasileira, assim como representante do Instituto Ayrton Senna. Esse grupo analisou e estudou as formas de operacionalizar a formação e o trabalho resultou em um material denominado como Brasil¹⁷. Segundo o gestor 2

foram feitos convites, a vários profissionais de várias regiões do país para participarem como capacitadores. E com um projeto vinculado à Universidade do Rio Grande do Sul e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, fizemos um convênio com aproximadamente 47 profissionais. E eles trabalharam no processo de capacitação. Fizemos um treinamento inicial, e eles rodaram o Brasil, de certa forma, fazendo essa capacitação. Foi o nosso primeiro modelo, presencial. Com ele, nós capacitamos aproximadamente 5000 profissionais pelo país (G2).

Esse modelo de capacitação presencial foi se reelaborando a partir do crescimento do programa. O grupo formado para a capacitação era insuficiente para o número de convênios firmados, então foi formada uma nova estruturação de trabalho formada somente pelo grupo de trabalho do Ministério. Ainda segundo o Gestor 2 a participação de representantes do Instituto Ayrton Senna ficou restrita a reuniões administrativas no ano de 2008.

A reestruturação do modelo de formação dos profissionais do PST agora contaria com equipes regionalizadas, denominadas equipes colaboradoras. De acordo com Cidade¹⁸, a função dessas Equipes Colaboradoras seria a de “constituir um processo permanente de acompanhamento pedagógico e administrativo das ações desenvolvidas nos Núcleos do Programa Segundo Tempo”. A autora expõe também as dificuldades de cumprir esses objetivos: a distância entre o ME e as Equipes Colaboradoras; as diferenças de tempos de trabalhos entre esses dois grupos; a dificuldade do ME e Equipe Colaboradora entenderem seu papel no processo de monitoramento; e a complexidade desse sistema de acompanhamento. Os pontos anteriormente citados seriam para a autora desafios da nova estrutura da formação dos profissionais do programa.

Segundo Matos e Perim¹⁹ esse processo de

capacitação descentralizado seria realizado com uma capacitação gerencial sob responsabilidade do ME e uma capacitação pedagógica de responsabilidade das Equipes Colaboradoras. Seria desta última também a função de realizar as visitas “in loco”. Os autores mostram que a interlocução da Secretaria Nacional de Esporte Educacional, Equipes Colaboradoras, Parceiros e Recursos Humanos dos Convênios é frágil, pois há um processamento de análise dos dados das visitas e vistorias e retorno à entidade parceira que é lento, e há a falta de integração das equipes que compõem e fazem funcionar o PST. Outro ponto levantado é que demanda gerada pelos processos, frente ao tamanho da equipe de trabalho e ao tempo disponíveis é, por vezes, incompatível e, por fim e as dificuldades administrativas existem em virtude do crescimento exponencial do PST.

Verificamos que, atualmente, para atingir o público necessário nas capacitações, o ME opta por cursos presenciais e regionais para trabalhar os conteúdos programados, mas como visto existem desafios para operacionalizar este atendimento.

Como procedimentos de avaliação, existem as visitas orientadas e relatórios dos núcleos. As metodologias de avaliação mostram, segundo o gestor 2, que

a gente vê que o nosso profissional ainda está muito aquém do que a gente estima como qualidade na ação, ainda precisamos caminhar muito para melhorar. A gente tem um material didático interessante, mas efetivamente lá na ponta, nós temos muito trabalho pela frente ainda. É tudo uma questão de concepção (G2).

A fala aponta que a mudança estrutural na capacitação profissional ainda promove desafios. Apesar de uma capacitação mais regionalizada e presencial, a atuação dos profissionais, detectada nas avaliações proporcionadas pelas visitas técnicas, demonstra um descompasso entre os documentos e a visão dos gestores com o que acontece nos núcleos a partir da ação dos profissionais.

O lazer no PST

Ao longo do desenvolvimento do processo de capacitação do PST destacamos diversas transformações em função de seu atendimento e de demandas políticas.

Um das mudanças é a inserção do conteúdo lazer nos documentos produzidos para a capacitação dos profissionais.

O Programa desde sua origem tenta alterar a lógica da pirâmide esportiva, contudo apresenta dificuldades para romper com esse modelo. Mesmo com tais dificuldades foi possível perceber que o lazer não está presente como conteúdo de trabalho nos livros da capacitação⁷ no formato de especialização⁹ e nem no documento Brasil⁸. Entretanto, o lazer é apresentado como conteúdo de trabalho em Oliveira e Perim¹⁰.

Entendemos que as temáticas de trabalho de um livro são conteúdos que se legitimam em detrimento de outros formando um currículo prescrito. Tal legitimação demonstra intenções na formação dos sujeitos, assim o currículo é também um campo de lutas, nos quais as disciplinas ou conteúdos disputam espaços e reconhecimento. O currículo promove uma hierarquia entre os saberes no espaço de formação, e como nos lembra Silva²⁰, estudos buscam “investigar as conexões entre, de um lado, os princípios de seleção, organização e distribuição do conhecimento escolar e, de outro, os princípios de distribuição dos recursos econômicos e sociais mais amplos” (p. 68). Desde modo, esse tópico se dedica a entender o processo de introdução de um conteúdo didático no currículo prescrito de uma política pública de formação profissional.

Em 2008 o Ministério do Esporte com o intuito de formação presencial de todos os profissionais do PST descentraliza as ações da capacitação. Dessa forma, são criadas as “equipes colaboradoras” em parcerias com universidades de todo o Brasil. Segundo Melo¹³, uma equipe foi montada na cidade do Rio de Janeiro, para prestar assessoria pedagógica e essa equipe trabalhava com as discussões sobre lazer. Desse modo, estabeleceu-se uma relação entre o gestor da capacitação e a equipe colaboradora do Rio de Janeiro que, segundo Melo¹³, trouxe a discussão sobre o tema.

A discussão sobre lazer entrou por causa da nossa equipe colaboradora. Na época, eu tive um papo com o gestor geral no encontro em Fortaleza. Ele havia dado o primeiro manual do Programa – aquele do primeiro projeto-. Eu falei para ele: “Já lemos e, pelo o que eu estou entendendo, não é para nós fazermos críticas. É para passarmos

isso”. Ele disse: “Não. É para fazer crítica”. Então, nós tivemos uma série de seis reuniões no Rio de Janeiro para avaliar aquele material. Então, dedicávamos o tempo para discutir o material. E umas das coisas que levamos para o debate, é que achávamos muito estranho um projeto que, inequivocamente era um projeto de lazer, não ter um conteúdo de lazer (MELO, 2010, p.1).

O trecho acima demonstra que a discussão sobre lazer se inicia a partir de um grupo de debates na universidade e a abertura do gestor da capacitação de profissionais para a construção de diálogos entre o lazer e o PST. Entretanto, como nos mostra Santos e Monteiro¹², inserir o conteúdo lazer em Oliveira e Perim¹⁰ não foi um diálogo fácil:

E para isso havia uma tensão teórica. Quem são aqueles que vão gostar do novo livro? Quais são as novas ideias, as concepções? Então, já tinha havido um embate forte para sair o Livro Verde⁸. Houve uma tensão forte que meio que se repetiu no Livro Branco¹⁰ e principalmente conosco, porque nós trazíamos uma proposta da discussão do lazer (p.4).

A autora demonstra que houve uma disputa de teorias para que o lazer se envolvesse legitimamente como conteúdo no Programa, visto que já havia um grupo de profissionais que trabalharam nos documentos anteriores, nos quais o lazer era concebido como desnecessário de sistematização. E segundo Santos e Monteiro¹² a resistência também surge no trabalho com os profissionais que não entendiam como o lazer funcionaria em um programa que sempre se fundamentou pelo esporte educacional. Segundo a autora¹² existe

uma visão do Segundo Tempo de uma forma muito pragmática, ou muito ligada à educação, ligado ao serviço do esporte. Então, onde entra o lazer em é uma perspectiva de emancipação? Aonde que entra isso? “Ah, vocês estão querendo encaixar em peças que não tem encaixe”. Então, eu acho que até hoje ainda tem essa divergência da falta do entendimento, tanto que ainda recebemos muita crítica de como que se coloca (p.6).

Santos e Monteiro¹² apresentam que nos cursos de graduação em educação física o lazer é geralmente tratado com uma perspectiva de “brincadeira e recreação”, e não com uma proposta política emancipada, o que dificulta o entendimento da atuação com o esporte na perspectiva do lazer.

Percebemos que as dificuldades de tratar programas esportivos pelo viés do lazer passa pela forma como o lazer foi tratado com a ideia de um “fazer por fazer”. Dessa maneira, os sujeitos nem sempre percebem

os discursos presentes nas práticas de lazer e também não conseguem produzir outros discursos sobre o tema. A inserção de qualquer componente curricular envolve interesses sociais, brigas”, polêmicas, conformidades, consensos e acordos entre os elaboradores de uma proposta curricular²⁰.

Segundo Mendes²¹ para se resolver conflitos curriculares cria-se geralmente “um ‘ambiente democrático’ no qual a posição que obtiver mais adeptos poderá fazer prevalecer suas concepções”, seus ideais, seus valores, definindo a proposta curricular oficial e, possivelmente, as formas de hierarquização das disciplinas curriculares, entretanto não foi o que percebemos nesse caso. Na capacitação profissional do PST a inserção do conteúdo lazer deu-se pela participação de um grupo de estudos sobre o tema, e a partir de diálogos com o gestor do programa que se sensibilizou com a abordagem trazida pelo grupo sobre o lazer.

Como pontua Melo¹³ o gestor “sempre esteve muito aberto” a discussão do lazer, houve uma resistência notadamente pelo pessoal de outras equipes colaboradoras “em reuniões que eu não pude ir”. Mas na atualização dos conteúdos de trabalho com os profissionais do Programa o lazer é inserido. Tal união entre o gestor e a equipe colaboradora fortaleceu a discussão do lazer em um grupo maior, desse modo, percebemos que os interesses pela inserção de um conteúdo pode partir de um diálogo e sensibilização aos gestores públicos. Estes, contudo, devem estar abertos a tais possibilidades.

Melo¹³ acredita que o lazer deveria ser um princípio do PST, mas ele é tratado como conteúdo da capacitação. Para o autor “a discussão sobre lazer não avançou mais, porque o coletivo, nesse momento, não avaliou. É natural de qualquer debate teórico” (p. 3). Nessa perspectiva apontamos que a ideia de Mendes²¹ sobre criar uma instância democrática para julgar a presença de saberes no currículo prescrito procede, tanto para torná-lo legítimo como para cerceá-lo, como acontece nesse caso. Corroboramos com a reflexão do autor²¹ de que

a seleção das disciplinas escolares e a importância que adquirem no currículo não se baseiam apenas em critérios científicos, mas, em especial, em aspectos de luta de poder entre grupos e sujeitos

interessados orientar a conduta das novas gerações.

Os interesses em orientar o lazer, ou não, nos debates da capacitação de profissionais do PST não são neutros. Podemos dizer que existem discursos que apontam o lazer como um elemento “espontâneo” desnecessário de ser pensado e de ser sistematizado. O lazer entendido como “produtor de cultura” poderia apresentar novos elementos aos profissionais que atuam nas comunidades, gerando outras relações sociais com o esporte.

Notamos que mesmo com os empecilhos descritos, os esforços da equipe colaboradora do Rio de Janeiro junto ao gestor da capacitação promoveram uma sistematização do trabalho com o lazer. E vale lembrar que nesse processo de legitimação dos saberes, “qualquer mudança curricular implica uma mudança também nos princípios de poder” e na organização do currículo²⁰. Entretanto, na avaliação de Melo¹³

foi uma conquista ter uma discussão sobre o lazer, mas foi uma conquista parcial, porque, no nosso modo de entender, essa é uma discussão básica para tudo. O Programa Segundo Tempo sempre será um Programa de lazer na medida em que ele é um Programa de contra turno escolar. Só que aí acabou ficando como conteúdo, mas, pelo que eu entendi no momento, não ficou como princípio básico (p.2).

Segundo o trecho acima o lazer ainda é entendido como um conteúdo isolado dos outros conteúdos tratados. Desse modo, embora o lazer seja trabalhado enquanto temática da capacitação, o sistema de trabalho acontece sem interlocuções e diálogos. Tal decisão expressa a desvantagem de o lazer não ser pensado por todas as propostas, pois, sendo considerado como um tema interdisciplinar, ele atravessa outros conteúdos. Ressalvamos os avanços do tratamento do lazer nos conteúdos da formação dos profissionais do PST e também a necessidade de aprofundar os diálogos entre os conteúdos apresentados.

A inserção do componente lazer deu-se por um processo de debates e discussões, não somente entre o grupo de trabalho responsável pela construção do currículo, mas também com certa resistência pelo grupo que já tinha se organizado. O lazer é inserido a partir da discussão de uma das equipes colaboradoras que faziam

parte do grupo de acessória pedagógica de Ministério do Esporte que sensibilizou o gestor geral da capacitação. Tal união fortaleceu a discussão que se apresenta no livro Oliveira e Perim¹⁰. Percebemos que o trabalho com o lazer ficou restrito a um conteúdo programático, e não um princípio do PST. Compreendemos que o tratamento do lazer deva ser interdisciplinar, e deve fortalecer o diálogo entre as temáticas existentes, mas entendemos que a presença dele como conteúdo apresenta-se como um avanço na ampliação do entendimento do lazer como possibilidade de vivência do esporte.

O PST e as Estratégias de Trabalho com o Lazer

O lazer passa a ter visibilidade como conteúdo da capacitação do PST a partir do ano de 2009, pois anteriormente, as ideias sobre lazer estavam presentes, mas de maneira incipiente. Neste contexto, o lazer no currículo do programa foi, em vários momentos, um discurso “ocultado”. Apesar de tangenciado, o lazer não se legitimou como um conteúdo até 2009, apesar de ter sido de alguma maneira contemplado nas discussões. Assim, identificamos dois tipos de saberes desenvolvidos sobre o lazer. O primeiro o entende somente como passatempo, uma prática espontânea e neutra nas relações com as possibilidades de formação humana. Portanto, visualizado como mercadoria que serve para entreter os sujeitos contribuindo com a manutenção do *status quo*. A outra perspectiva aborda o lazer como dimensão cultural, a partir de sua concretização como direito social e portanto o lazer é uma possibilidade de reprodução, mas também de produção da cultura.

Algumas estratégias e temas vem sendo utilizados e confirmam a ideia do trabalho com lazer no programa. Dentre elas podemos citar: o Recreio nas Férias (RF), a animação cultural e o próprio conceito de lazer.

O Recreio nas Férias surge de uma experiência cuja origem é a cidade de Guarulhos em São Paulo, e

foi fruto de algumas experiências que a própria gestão do Segundo Tempo fez. Naquele momento, o Secretário teve uma experiência muito boa em Guarulhos, quando realizou o Recreio nas férias. Ele “resolveu disponibilizar isso para o país como um todo” (G2).

O formato do Recreio nas férias é semelhante as

chamadas Colônias de Férias, pois as ações acontecem no período de férias escolares e nos espaços da comunidade, incluindo a escola. A palavra “recreio” dá a ideia de algo conectado à escola, em específico a uma parte da vivência escolar, “o recreio”, em que as crianças “supostamente” teriam autonomia para escolher e criar as atividades que desejam.

Segundo Oliveira e Pimentel¹¹, inicialmente é realizado um planejamento para o Recreio nas Férias, que descreve o diagnóstico da comunidade e os objetivos de ação na comunidade. Assim, os coordenadores e estagiários devem organizar as atividades e construir o registro diário.

Desse modo, o Recreio nas Férias inicia as ações com a formação dos profissionais em 2008, para o projeto piloto que foi desenvolvido em 2009. Sua estrutura baseia-se em um tema gerador, ou seja, existe um assunto que orienta as ações, brincadeiras, passeios e todas as outras manifestações culturais que serão ofertadas no período das férias escolares. Esses temas geradores fundamentam as ações, tendo em vista um estrutura pedagógica consistente, que não fosse uma ação de fruto ocasional.

Reunimos um grupo de especialistas da área do lazer, e esse grupo fez alguns estudos e também elaborou um documento inicial que gerou o primeiro livro do recreio nas férias. E fizemos a mesma trajetória de capacitação dos convênios que tiveram interesse em trabalhar a questão do Recreio nas Férias. Na verdade, como era um grupo menor, nós levamos todo mundo para Brasília, fizemos um intensivo com eles e depois fomos acompanhar o desenvolvimento da ação. Isso se repetiu em 2010 (G2).

A fala acima demonstra o interesse em comprometer as ações do Recreio nas férias com um tema gerador que tivesse um cunho “pedagógico”. Entretanto, lembramos que o programa tem um formato para todo o Brasil, e não altera a temática para cada região com a qual o convênio é firmado.

De qualquer maneira, o lazer, na proposta do Recreio nas Férias, é abordado como um espaço que educa, um lugar onde os sujeitos se formam, e para alcançar os objetivos de formação é necessário sistematizar as ações nos polos, estes são os locais onde são realizadas as atividades. Um grupo de 200 participantes é denominado de núcleo, assim, “um

convênio poderá ter vários núcleos sendo atendidos no mesmo polo ou um mesmo núcleo sendo atendido em mais de um polo¹¹” (p. 25).

A capacitação dos profissionais do Recreio nas Férias é similar a da capacitação do PST, o foco da ação seria o diferencial como nos mostra o gestor 2:

Reunimos e fizemos o mesmo processo de capacitação do programa geral, mas com um grupo de especialistas da área do lazer, e esse grupo fez alguns estudos e também elaborou um documento inicial que gerou o primeiro livro do recreio nas férias. Fizemos a mesma trajetória de capacitação dos convênios que tiveram interesse em trabalhar a questão do Recreio nas férias. Como era um grupo menor de pessoas para a formação, levamos todo mundo para Brasília, fizemos um intensivo com eles e depois fomos acompanhar o desenvolvimento da ação. Isso se repetiu em 2010 (G2).

A capacitação desse grupo de trabalho foi presencial e teve como base o livro de Oliveira e Pimentel¹¹, que aborda os conteúdos culturais do lazer a partir de suas características, diversidade, buscando os aspectos libertatório (como resultado da livre escolha), o caráter desinteressado, o descanso, o divertimento e o desenvolvimento da personalidade, valorizando a intenção de contribuir para a formação crítica e diversificada de nossas crianças²² (p. 48).

Além disso, destacamos a perspectiva dos temas geradores que é preservar a especificidade de cada região, garantindo que cada núcleo organize as atividades mais coerentes em sua realidade. Por outro lado, são necessários conteúdos comuns, considerados imprescindíveis a qualquer criança que participe do Recreio nas Férias²³.

São trabalhadas também as questões de planejamento, ressaltando como as etapas de organização devem respeitar as regionalidades, costumes, tradições, potencialidades da comunidade atendida. O planejamento apresenta as indicações de atribuições diárias dos monitores e coordenadores. Oliveira e Forne²⁴ sugerem que a proposta metodológica a ser adotada se baseie nas diretrizes do PST do ano de 2009, por isso as ideias de inclusão, gênero e deficiência são apresentadas para as atividades do Recreio nas Férias, abordando vivências esportivas que se naturalizaram e impedem a concretização do acesso ao lazer para os grupos

socialmente excluídos.

O jogo é apresentado como uma construção social que possibilita o desenvolvimento de várias áreas: física, intelectual, social, ética, afetivo, aquisição de conhecimentos. A perspectiva assumida é que o jogo é uma atividade para ocupar o tempo livre dos sujeitos como vemos no trecho²⁵ a seguir:

Deste ponto de vista é plenamente acertado o uso do lúdico com crianças e adolescentes em seu tempo livre, pois, não deseja o programa apresentar apenas um tema gerador, mas sim provocar o conhecimento, a reflexão e a adoção de atitudes de preservação ambiental (p. 117).

O lazer é abordado, também, como tempo livre a ser ocupado com atividades que, no entendimento do autor²⁵, possibilita a construção de um conhecimento específico ligado ao tema gerador. Dessa forma, o trabalho com o lazer se aproxima da ideia de “educação pelo lazer²⁶”, no qual o lazer tem um duplo aspecto educativo e se torna um veículo para o conhecimento que se deseja ensinar.

Por fim, são apresentadas diversas atividades que podem estruturar a diversidade dos conteúdos culturais do lazer, focando a temática do programa para 2009, “meio ambiente”. Compreendemos que embora existam concepções diferentes de lazer na capacitação dos profissionais do Recreio nas Férias a discussão de sistematização de lazer existe e demonstra que as atividades precisam de uma organização para acontecer. Para tentar promover o que o programa denomina de “direito ao lazer”, além das atividades descritas nos polos, existe a oferta de atividades diferenciadas, baseadas nos conteúdos culturais que se concretizam contemplando passeios, atividades artísticas, momentos com a família e voluntários, dentre entre outros. Percebemos que segundo Pinto²⁷ essa é uma proposta é direcionada para que o grupo de trabalho pense sobre o:

que chamamos de lazer, recreação, lúdico e educação, identificando como e sob que formas estes se relacionam, quem se beneficia das suas ações vividas no Projeto e quais as contradições nelas envolvidas. Busquemos discutir sobre o fenômeno do lazer, pela importância que tem em si mesmo, naquilo que ele revela de direito social de todo cidadão e de possibilidade cultural, que desafia uma nova ética baseada na vivência concreta de ações prazerosas e livres – vividas com autonomia pelos sujeitos (p. 14).

Destacamos a tentativa de busca pela autonomia

dos grupos sociais atendidos pelo Recreio nas Férias, além de uma proposta de reflexão sobre os conceitos de lazer pelos profissionais que acessam os documentos. Entretanto, segundo o gestor 2, não houve a promoção do Recreio nas Férias em 2011, e “a ideia geral era que, com o tempo, os convênios autonomamente realizassem a ação. Em 2011, na verdade, poucos convênios realizaram a ação”(G2).

Esse fato nos leva a pensar sobre a continuidade de políticas que surgem a partir de convênios federais, já que o objetivo é incitar o município a produzir suas próprias ações. Pensando sobre essa temática a Comissão de Especialistas de Educação Física⁷ nos fala sobre a necessidade das políticas públicas de esporte e lazer, promoveram-se espaços de reivindicação desses direitos. Os autores acreditam que a política pública se constitui desses momentos de reivindicação social, por isso a população deveria se entender como um “ator político” e ser detentora do direito ao esporte e lazer.

Por outro lado, existem entraves para a consolidação do lazer como direito, e Marcellino (2008) aponta que um deles é o sentido pejorativo que se tem a respeito do status do lazer. Essa visão dificulta a mobilização dos sujeitos para reivindicar políticas públicas de lazer embora na prática cotidiana o lazer tenha relevância e significado para a vida das pessoas, a ideia de cidadania e participação é enfraquecida frente a essa visão distorcida acerca do lazer.

Uma apreciação consiste na contradição que existiria na separação entre PST e o Recreio nas Férias, se o lazer não fosse trabalhado na capacitação dos profissionais do PST. O primeiro ponto seria um programa que durante o ano aconteceria em um formato considerado sério, educacional e sistematizado. Enquanto isso, outra vertente, o Recreio nas Férias, seria o momento assistemático, no qual o objetivo é o lazer, que aconteceria, efetivamente, no período das férias com atividades distintas. Percebemos que ao considerar o Lazer parte integrante dos conteúdos que os profissionais devem conhecer para atuar no programa, o PST busca, ainda de forma incipiente, refletir nas práticas esportivas como possibilidades de lazer.

O trabalho com o Recreio nas Férias ajudou na reestruturação da capacitação no PST, e de acordo com o gestor 2, o lazer foi “uma questão que nós sentimos falta no primeiro livro”. Em Oliveira e Perim¹⁰, há um capítulo destinado aos fundamentos do lazer e da animação cultural. É a primeira vez que o PST descreve ações de lazer. Melo, Brêtas e Monteiro²⁸ abordam o lazer discutindo os conceitos, as contribuições dos estudos para o PST, suas dimensões educativas (educação pelo e para o lazer), a operacionalização do lazer no PST, a animação cultural como metodologia de trabalho, e os conteúdos culturais do lazer.

É importante sublinhar que o lazer apresenta um processo de legitimação relacionado ao reconhecimento de metodologias de trabalho, estratégias de atendimento à população e estudos acadêmicos que entendem essa dimensão da vida das pessoas. O gestor 2 reconhece que os profissionais do PST também são profissionais de lazer:

Eu não tenho a menor dúvida disso. Se é em uma perspectiva, uma lógica ideal, isso não dá para afirmar. O que a gente tem buscado é procurar disponibilizar para eles os recursos para que possam trabalhar o mais adequado possível. Só que, conforme eu disse para você, ainda temos que melhorar muito. Mas que ele tem essa lógica do lazer, trabalhada com ele, isso ele tem. E também há intencionalidade para isso, a operacionalização é que eu acredito que ainda precisamos melhorar (G2).

Acreditamos que as dúvidas sobre a forma de atuação dos profissionais do PST, no âmbito do lazer, são importantes para entender que caminho o Programa vem percorrendo. A sistematização escolhida pelo ME, a fim de garantir as atividades de lazer, é importante para avançar na qualidade das atividades oferecidas à população, visto que, como nos lembra Menecucci²⁹, é pela própria divergência conceitual no campo acadêmico que mora uma das dificuldades para definir caminhos de políticas públicas de lazer.

Por isso, trabalhar o conceito de lazer na capacitação profissional é uma estratégia ou metodologia de trabalho significativa. Ao conceituar o lazer, pensamos sobre “as coisas”, e “a linguagem, as narrativas, os textos não apenas descrevem ou falam sobre as coisas, ao fazer isso eles instituem coisas, inventando sua identidade³⁰,” (p. 32). Assim, discutir o conceito de lazer é uma

estratégia que ajuda a instituir o lazer como um campo de estudos nas políticas públicas do esporte educacional. Faz pensar sobre ele e cria modos de se posicionar como um profissional do PST.

Conclusão

Diante dos dados coletados, identificamos que o lazer é incluído no currículo da formação do PST, contudo esse trabalho não foi o mesmo no período estudado sendo que, até 2008 o trabalho da capacitação não abordava especificamente a temática lazer, mas o tangenciava na capacitação profissional, e depois de 2009 o lazer é tratado como conteúdo específico desse processo.

Até 2008, o Lazer é compreendido como possibilidade de vivência do esporte, entretanto não tem suas ações sistematizadas o que lhe caracteriza como passatempo ou uma prática espontânea e neutra. Contraditoriamente, identificamos saberes que o elegem como direito social, mas não sistematizam as ações com o lazer. As temáticas que aproximam lazer e esporte educacional são a ludicidade como princípio do PST, o esporte e suas relações com o lazer e o tempo do Programa. A partir de 2009, as noções de lazer encontradas se relacionam com a concepção do lazer como direito social, como veículo de educação e como possibilidade de produção de cultura. O fato de existirem diferentes concepções pode ser explicado pela forma escolhida para se construir o currículo da capacitação, pois para essa ação foram convidados pesquisadores e profissionais de diferentes campos da educação física, e por isso, o entendimentos sobre o lazer dão-se de forma distinta.

Como estratégias de trabalho com o lazer foram encontradas três metodologias: o Recreio nas Férias que possui uma sistematização das ações de lazer; a tecnologia educacional denominada Animação Cultural que propõem um olhar histórico sobre a cultura; e o trabalho com as concepções de lazer que apresentam ideias que cercam o campo do lazer. Essas formas de tratar o lazer no currículo da capacitação do programa podem viabilizar os processos de reflexões pelos

profissionais sobre as relações nas quais o lazer está envolvido.

As reflexões aqui abordadas não são um ponto final, ao contrário disso, desejamos que elas sejam o início de várias discussões que apontem perspectivas diferentes das aqui elencadas.

Referências

1. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
2. LINHALES, M. A. **Jogos da Política, Jogos do Esporte**: Subsídios à reflexão sobre Políticas Públicas para o Setor Esportivo. In: MARCELLINO, N. C.(org.). *Lazer e Esporte: Políticas Públicas*. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p.31 a 56.
3. WERNECK, C. L. G. **Significados da recreação e lazer no Brasil**: reflexões a partir da análise de experiências institucionais. Tese: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
4. BUENO, Luciano. **Políticas públicas do esporte no Brasil**: razões para o predomínio do alto rendimento. 200f. Tese (Doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.
5. MARCELLINO, N. C. **Políticas de lazer**. In: MARCELLINO, N. C. Org. *Lazer e esporte*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
6. MARCELLINO, Nelson C. **A Formação e o Desenvolvimento de pessoal em Políticas Públicas de Lazer e Esporte**. In: MARCELLINO, N. C. (org.). *Formação e desenvolvimento de Pessoal em Lazer e Esporte*. Campinas, SP: Papirus, 2003.
7. COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA [do Ministério do Esporte]. **Esporte, política e sociedade**. Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2004.
8. BRASIL. Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Esporte Educacional. **Material didático para o processo de capacitação do Programa Segundo Tempo**. Brasília, 2008.
9. CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – UNB. **Orientação ao cursista da capacitação continuada em Esporte Escolar**: Especialização. Brasília – DF, 2004.
10. OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bassoli de; PERIM, Gianna Lepre. **Fundamentos pedagógicos do programa segundo tempo**: da reflexão à prática. Maringá: UEM, 2009.
11. OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de; PIMENTEL, Giuliano Gomes (orgs.). **Recreio nas Férias**: Reconhecimento do Direito ao lazer. Maringá: EDUEM, 2009.
12. SANTOS, Ângela Bretas Gomes dos; MONTEIRO, Mônica Borges. **Ângela Bretas e Mônica Monteiro (Depoimento 2010)**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte, ESEF, UFGRS, 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ceme/site/entrevistas/1_Programa_Segundo_Tempo__51>. Acesso em 21 de janeiro de 2014.
13. MELO, Vitor Andrade de. **Vitor Melo (Depoimento 2010)**. Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte , ESEF, UFGRS, 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ceme/site/entrevistas/1_Programa_Segundo_Tempo__51>. Acesso em 21 de janeiro de 2014.
14. BRASIL. Ministério do Esporte. **Tomadas de conta 2006 – In**: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/ministerio/relatorios/tomadaContas2006.pdf>> acesso em: agosto de 2011.
15. BRASIL. **Ministério do Esporte**. [Protocolo de Intenções MEC/ME], [2003?].
16. FILGUEIRA, Júlio. **Gestão de projetos esportivos Sociais**. BRASIL. Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Esporte Educacional. **Material didático para o processo de capacitação do Programa Segundo Tempo**. Brasília, 2008.
17. BRASIL. Ministério do Esporte - Secretaria Nacional de Esporte Educacional. **Material didático para o processo de capacitação do Programa Segundo Tempo**. Brasília, 2008.
18. CIDADE, Ruth Eugênia. **Palestra sobre avaliação do Programa Segundo Tempo na visão dos gestores**. 12/10/2010. In: <<http://www.repositorioceme.ufrgs.br/handle/123456789/81>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2011.
19. MATOS, Dirceu; PERIM, Gianna Lepre. **Acompanhamento operacional, pedagógico e administrativo dos convênios do Programa Segundo Tempo - a visão da Secretaria Nacional de Esporte Educacional**. 12/10/2010. Disponível em: <<http://www.repositorioceme.ufrgs.br/handle/123456789/61>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2011
20. SILVA, Tomas Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
21. MENDES, Cláudio Lúcio. **A reforma curricular do curso de educação física da ufmg**: relações de poder, atores e seus discursos. Belo Horizonte, 1999. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 1999.

22. COUTINHO, S; MAIA, L. **Conteúdos culturais do lazer**. In: OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli e PIMENTEL, Giuliano Gomes (orgs.). *Recreio nas Férias: Reconhecimento do Direito ao lazer*. Maringá: EDUEM, 2009.
23. PIMENTEL, Giuliano Gomes e PEREZ, Diego Miguel. **Meio ambiente como tema gerador**. In: OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli e PIMENTEL, Giuliano Gomes (orgs.). *Recreio nas Férias: Reconhecimento do Direito ao lazer*. Maringá: EDUEM, 2009.
24. OLIVEIRA, A; FORNE, L. **Planejar**: considerações para o projeto Recreio nas Férias. In: OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli e PIMENTEL, Giuliano Gomes (orgs.). *Recreio nas Férias: Reconhecimento do Direito ao lazer*. Maringá: EDUEM, 2009.
25. DOHME, V. **Aprendizagem ao ar livre e ludoeducação**. In: OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli e PIMENTEL, Giuliano Gomes (orgs.). *Recreio nas Férias: Reconhecimento do Direito ao lazer*. Maringá: EDUEM, 2009.
26. MARCELLINO, N. C. **Lazer e Educação**. Campinas, SP: Papyrus, 1987.
27. PINTO, Leila Mirtes Magalhães. **Apresentação**. In: OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli e PIMENTEL, Giuliana Gomes (orgs.). *Recreio nas Férias: Reconhecimento do Direito ao lazer*. Maringá: EDUEM, 2009.
28. MELO, Victor Andrade; BRÊTAS, Angela; MONTEIRO, Mônica Borges. **Fundamentos do lazer e da animação cultural**. In: OLIVEIRA, A. A. e PERIM, G.L. (orgs.) *Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática*. Maringá: Eduem, 2009 p. 47-74.
29. MENICUCCI, Telma. **Políticas de esporte e lazer**: o estado da arte e um objeto em construção. In: ISAYAMA, Hélder e LINHALES, Meily (org.). *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2008.
30. COSTA, Marisa Vorraber. **Sujeitos e subjetividades nas tramas da linguagem e da cultura**. In: CAUDURO, Vera (org.). *Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.